

APROVADO POR MAIORIA
NA SESSÃO DE 19/01/2024
PRESIDENTE
SECRETÁRIO



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
"CASA DE FÉLIX ARAÚJO"

Câmara Municipal de Campina Grande
RECEBIDO
Em 19/01/24 01h43hs
ASSINATURA

EMENDA Nº 002/2024 AO PROJETO DE LEI Nº 317/2023

Câmara Municipal de Campina Grande
RECEBIDO
Em 19/01/24 01h43hs
ASSINATURA

**EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº
317/2023 QUE ESTIMA A RECEITA A
FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE
CAMPINA GRANDE, PARA O
EXERCÍCIO DE 2024, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º - Acrescenta o Artigo 5º - A, ao projeto de lei nº 317/2023.

Art. 5º A - A execução das emendas impositivas ao orçamento estarão consignadas a partir de regulamentação estabelecida em emenda a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), em consonância com a Lei Orgânica do Município, e Lei Federal de nº 13019/2014, que trata do estabelecimento do regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações sociais, contendo os dispositivos normativos para a sua execução e desembolso.

Parágrafo Único. O prazo para ajuste das emendas impositivas apresentadas se dará em até 20 (vinte) dias corridos, após a aprovação da Lei Orçamentária, respeitando o prazo estabelecido pelo parágrafo único do artigo 5º que versa sobre a publicação do cronograma mensal de desembolso e das metas bimestrais de arrecadação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande

19 de Janeiro de 2024

Autores

Paulo

Carlos Bislayre
Rostand Miranda - PR

José Pereira

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

Valério Aragão

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo acrescentar o art. 5º-A ao Projeto de Lei Ordinária nº 317/2023, diante da necessidade de fixar normas e diretrizes regulamentadoras à execução das emendas impositivas pelo Poder Executivo, com exata observância à Lei Orgânica do Município de Campina Grande/PB e à Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil.

Ademais, se faz estritamente necessário o estabelecimento de prazo razoável para revisão das emendas impositivas apresentadas pelos parlamentares, a fim de viabilizar eventuais ajustes e correções após a aprovação da Lei Orçamentária, com observância ao prazo definido no parágrafo único artigo 5º da Propositura Municipal pelo Chefe do Poder Executivo.